

SAÚDE DO IDOSO: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SAÚDE DO IDOSO

 <https://doi.org/10.56238/arev6n3-292>

Data de submissão: 21/10/2024

Data de publicação: 21/11/2024

Luzimere Pires do Nascimento

Bacharel em Enfermagem

Mestrado em Saúde Pública e Saúde da Família

Doutoranda FIOCRUZ - RJ/AM

Professora

Universidade do Estado do Amazonas – UEA

E-mail: mere.pires@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar as políticas públicas de saúde voltadas para a população idosa no Brasil, com foco na sua eficácia e nos desafios enfrentados durante sua implementação. A pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, utilizando análise documental e revisão bibliográfica para examinar documentos oficiais, legislações, e estudos acadêmicos relacionados ao tema. Os resultados indicam que, embora o Brasil tenha avançado na criação de políticas específicas, como o Estatuto do Idoso e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, existem lacunas significativas na sua execução. As desigualdades regionais no acesso aos serviços de saúde, a falta de capacitação adequada dos profissionais de saúde e a insuficiência de recursos são os principais desafios identificados. Regiões como o Norte e o Nordeste enfrentam maiores dificuldades em comparação com o Sul e o Sudeste, refletindo uma distribuição desigual de infraestrutura e recursos. A pesquisa também destaca a necessidade de adaptação de boas práticas internacionais, como programas de cuidado domiciliar e a integração dos diferentes níveis de atenção à saúde, para melhorar a eficácia das políticas públicas no Brasil. Conclui-se que, para promover um envelhecimento ativo e saudável, é fundamental que as políticas públicas sejam continuamente aprimoradas, com foco na equidade e na capacitação profissional. Este estudo contribui para a compreensão das limitações e potencialidades das políticas de saúde para idosos no Brasil, oferecendo subsídios para a formulação de estratégias mais eficazes que possam garantir a qualidade de vida da população idosa.

Palavras-chave: Saúde, Políticas Públicas, Idoso.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno global que tem se intensificado nas últimas décadas, especialmente em países em desenvolvimento, como o Brasil. O aumento da expectativa de vida e a redução das taxas de natalidade têm contribuído para uma mudança significativa na composição etária da população, com um crescimento expressivo do número de idosos. Esse cenário impõe desafios consideráveis para os sistemas de saúde e para a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades específicas dessa faixa etária.

No Brasil, a transição demográfica tem gerado demandas crescentes por serviços de saúde especializados para a população idosa, que tende a apresentar um perfil de morbidade caracterizado por doenças crônicas e condições que requerem cuidados contínuos e multidisciplinares (IBGE, 2020). Nesse contexto, torna-se essencial o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas que garantam o acesso a serviços de saúde de qualidade, promovam o envelhecimento ativo e assegurem a dignidade e o bem-estar da pessoa idosa.

Entretanto, apesar dos avanços legislativos e das iniciativas governamentais, como a criação do Estatuto do Idoso e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), ainda há lacunas significativas na execução dessas políticas. A realidade enfrentada pelos idosos no Brasil revela uma série de desafios, como a desigualdade no acesso aos serviços de saúde, a falta de infraestrutura adequada, e a escassez de profissionais capacitados para atender às demandas dessa população (Brasil, 2003; Ministério da Saúde, 2010).

Este trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas brasileiras voltadas para a saúde do idoso, avaliando sua eficácia e identificando os principais desafios enfrentados em sua implementação. Além disso, propõe-se a discutir possíveis melhorias e inovações que possam contribuir para o aprimoramento dessas políticas, assegurando uma atenção integral e de qualidade à saúde da população idosa. A relevância deste estudo está na necessidade urgente de fortalecer as políticas públicas para responder de forma eficaz às demandas crescentes de uma sociedade em processo de envelhecimento acelerado.

O rápido envelhecimento da população brasileira tem gerado uma demanda crescente por serviços de saúde especializados. No entanto, as políticas públicas existentes nem sempre conseguem acompanhar essa realidade, resultando em desigualdades no acesso aos serviços de saúde, carência de infraestrutura adequada e falta de profissionais capacitados. Além disso, a implementação dessas políticas frequentemente enfrenta obstáculos como a má distribuição de recursos e a limitada articulação entre os diferentes níveis de governo. Essa situação levanta questões sobre a eficácia das

políticas de saúde para idosos e a capacidade do sistema público de saúde em atender às necessidades dessa população de forma integral e equitativa.

O estudo sobre as políticas públicas de saúde voltadas para a população idosa é de extrema relevância, considerando o envelhecimento acelerado da população brasileira. As projeções demográficas indicam que, em um futuro próximo, os idosos representarão uma parcela significativa da população, o que exigirá uma reformulação das estratégias de saúde pública. Compreender os desafios atuais e propor melhorias é essencial para garantir a dignidade, o bem-estar e a qualidade de vida dos idosos. Além disso, a análise crítica das políticas públicas existentes pode contribuir para o desenvolvimento de novas abordagens e soluções inovadoras que atendam de forma mais eficaz às necessidades dessa população.

As políticas públicas de saúde voltadas para os idosos no Brasil, embora bem intencionadas e fundamentadas em princípios sólidos, apresentam falhas significativas em sua implementação, que comprometem sua eficácia. Essas falhas são agravadas por fatores como a desigualdade regional, a falta de recursos adequados e a capacitação insuficiente dos profissionais de saúde. Com a implementação de melhorias nas estratégias de execução, maior investimento em infraestrutura e capacitação, e uma melhor articulação entre os diferentes níveis de governo, é possível que essas políticas se tornem mais efetivas, promovendo um envelhecimento saudável e ativo.

Este trabalho tem como objetivo analisar a eficácia das políticas públicas de saúde voltadas para a população idosa no Brasil e propor melhorias que possam contribuir para uma atenção mais integral e de qualidade à saúde dessa população.

Com isso **examinar a evolução das políticas públicas de saúde para idosos no Brasil**, destacando os principais marcos legislativos e institucionais; **identificar e avaliar os principais desafios e limitações** na implementação dessas políticas, com foco na desigualdade regional, recursos disponíveis e capacitação profissional; **analisar as boas práticas e inovações** em políticas de saúde para idosos em contextos nacionais e internacionais, identificando potenciais soluções que possam ser adaptadas ao contexto brasileiro e **propor recomendações** para o aprimoramento das políticas públicas de saúde voltadas para os idosos, considerando as peculiaridades e necessidades dessa população em constante crescimento.

A metodologia adotada neste trabalho visa analisar criticamente as políticas públicas de saúde voltadas para a população idosa no Brasil, com o objetivo de avaliar sua eficácia e propor melhorias. Para alcançar esse objetivo, foi escolhida uma abordagem qualitativa, que permite uma análise aprofundada das políticas e práticas existentes, bem como dos desafios enfrentados na sua implementação.

A pesquisa é de natureza **exploratória e descritiva**, com o objetivo de explorar o tema das políticas públicas de saúde para idosos e descrever as principais características dessas políticas, bem como as dificuldades encontradas na sua execução. Conforme aponta Gil (2019), a pesquisa exploratória é apropriada quando há necessidade de maior familiaridade com o tema e quando o objetivo é identificar variáveis e estabelecer prioridades. Já a pesquisa descritiva é adequada para a caracterização de fenômenos e para o levantamento de dados em situações específicas (Triviños, 1987).

A estratégia metodológica principal deste estudo é a **análise documental**. Foram analisados documentos oficiais, como legislações, diretrizes do Ministério da Saúde, relatórios governamentais, e publicações de organizações de saúde, além de estudos acadêmicos que tratam do tema das políticas públicas de saúde para idosos. A análise documental permite uma compreensão detalhada das políticas e dos contextos em que foram elaboradas e implementadas (Lüdke & André, 1986).

Além disso, foi realizada uma **revisão bibliográfica** para fundamentar teoricamente o estudo. A revisão envolveu a busca e a análise de literatura acadêmica relevante, incluindo artigos científicos, livros e teses, com foco nas políticas de saúde para idosos, nos desafios enfrentados pelos sistemas de saúde e nas boas práticas identificadas em outros contextos. Segundo Lakatos e Marconi (2017), a revisão bibliográfica é essencial para o desenvolvimento de uma base teórica sólida, além de permitir a identificação de lacunas no conhecimento existente.

Foram analisados documentos como o Estatuto do Idoso (Brasil, 2003), a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Ministério da Saúde, 2010), e relatórios do IBGE sobre o envelhecimento populacional (IBGE, 2020).

A revisão bibliográfica incluiu obras de autores renomados na área, como Veras (2012), Neri (2014), e Mendes (2018), que discutem as políticas de saúde para idosos, o envelhecimento populacional e as desigualdades no acesso à saúde.

A análise dos dados foi realizada através da **análise de conteúdo**, técnica proposta por Bardin (2011). A análise de conteúdo permite identificar e categorizar as principais ideias, conceitos e desafios apresentados nos documentos e na literatura revisada, proporcionando uma compreensão estruturada e crítica do material analisado.

Os dados obtidos foram categorizados em temas-chave, como o histórico das políticas públicas de saúde para idosos, os desafios na implementação dessas políticas, e as propostas de melhoria. Essa categorização facilitou a identificação de padrões, semelhanças e diferenças nos dados, contribuindo para a construção de uma análise crítica fundamentada (Bardin, 2011).

Como em toda pesquisa, algumas limitações devem ser reconhecidas. A análise documental e a revisão bibliográfica dependem da qualidade e da disponibilidade dos documentos e estudos revisados. Além disso, a pesquisa qualitativa, por sua natureza interpretativa, pode estar sujeita a vieses do pesquisador, embora medidas tenham sido tomadas para minimizar essa possibilidade, como a triangulação de fontes e a análise crítica dos dados (Lüdke & André, 1986).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SAÚDE DO IDOSO

As políticas públicas para a saúde do idoso no Brasil são parte de um processo histórico que visa garantir o direito à saúde e o bem-estar desse grupo populacional, que tem crescido de forma expressiva nas últimas décadas. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 230, reconhece a necessidade de proteção e amparo à pessoa idosa, estabelecendo a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado na garantia de seus direitos (BRASIL, 1988).

A implementação dessas políticas se concretiza através do Sistema Único de Saúde (SUS), que segue princípios de universalidade, integralidade e equidade, sendo o principal responsável por prover assistência à saúde da população idosa (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Além disso, o Estatuto do Idoso, sancionado em 2003, reforça a obrigação do Estado em proporcionar acesso pleno aos serviços de saúde, com prioridade para idosos (BRASIL, 2003).

2.2 MARCOS LEGAIS E DIRETRIZES ESPECÍFICAS

O Estatuto do Idoso é um marco fundamental que assegura direitos específicos, incluindo o acesso preferencial a serviços de saúde, com foco em prevenir e tratar doenças comuns na terceira idade (BRASIL, 2003). Em complemento, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), instituída pela Portaria nº 2.528 de 2006, delinea diretrizes para a promoção da saúde, prevenção de agravos e a atenção integral à saúde do idoso, com foco na funcionalidade e na autonomia (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Essas políticas são fundamentadas nos princípios da integralidade e da intersetorialidade, buscando integrar ações de saúde com outras políticas sociais, como assistência social e habitação, para enfrentar os desafios da longevidade (PUCCINI; SUAREZ, 2018). A implementação dessas diretrizes exige articulação entre os diferentes níveis de governo e uma abordagem multidisciplinar para atender às necessidades complexas dos idosos.

2.3 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO E EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Apesar dos avanços legislativos e normativos, a implementação das políticas públicas para a saúde do idoso enfrenta desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada e a capacitação insuficiente de profissionais para lidar com as especificidades do envelhecimento (NOGUEIRA; RAMOS, 2019). Estudos indicam que a distribuição desigual dos serviços de saúde entre as regiões do país também compromete o acesso equitativo ao cuidado, particularmente em áreas rurais e periferias urbanas (BARRETO; BASTOS, 2021).

Outro desafio importante é a necessidade de adaptar o SUS ao aumento da demanda por serviços especializados, como geriatria e gerontologia, e à promoção de cuidados domiciliares que possam garantir a continuidade do atendimento e a manutenção da qualidade de vida do idoso (SILVA; OLIVEIRA, 2020). A capacitação continuada dos profissionais e a sensibilização da sociedade sobre os direitos dos idosos são estratégias essenciais para superar essas barreiras.

2.3.1 Resultados e Discussão

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os principais resultados obtidos a partir da análise documental e da revisão bibliográfica realizada sobre as políticas públicas de saúde voltadas para a população idosa no Brasil. Os resultados são organizados em categorias temáticas que refletem os objetivos específicos do estudo.

2.3.1.1 Evolução das Políticas Públicas de Saúde para Idosos

A análise dos documentos revelou que a evolução das políticas públicas de saúde para idosos no Brasil tem sido marcada por avanços significativos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que consagrou o direito à saúde como um direito fundamental de todos os cidadãos (Brasil, 1988). A criação do Estatuto do Idoso, em 2003, e da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), em 2006, foram marcos importantes nesse processo, estabelecendo diretrizes específicas para a proteção e promoção da saúde da população idosa (Brasil, 2003; Ministério da Saúde, 2010).

No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios que comprometem sua eficácia. Estudos de Veras (2012) e Camarano (2018) apontam para a falta de articulação entre os diferentes níveis de governo e a insuficiência de recursos destinados à saúde do idoso como barreiras significativas. Além disso, Mendes (2018) destaca a desigualdade regional no acesso aos serviços de saúde, que agrava a situação em regiões mais pobres e menos desenvolvidas.

2.3.1.2 Desigualdade no Acesso aos Serviços de Saúde

A análise revelou que a desigualdade no acesso aos serviços de saúde é um dos principais desafios enfrentados pelas políticas públicas de saúde para idosos no Brasil. As regiões Norte e Nordeste, em particular, apresentam dificuldades maiores no acesso a serviços especializados, em comparação com as regiões Sul e Sudeste, que possuem melhor infraestrutura e maior concentração de recursos (Mendes, 2018; Silva & Santos, 2017).

Essas desigualdades refletem-se na qualidade do atendimento oferecido aos idosos. Veras (2012) argumenta que, enquanto alguns estados oferecem cuidados de saúde mais integrados e abrangentes, outros lutam para fornecer os serviços mais básicos. Essa disparidade regional não só compromete a eficácia das políticas de saúde, como também perpetua as desigualdades socioeconômicas existentes.

2.3.1.3 Capacitação de Profissionais de Saúde

Outro resultado importante identificado é a carência de capacitação específica dos profissionais de saúde para o atendimento adequado à população idosa. Estudos como os de Camargo (2016) e Ferreira *et al.* (2018) indicam que muitos profissionais ainda não possuem formação adequada em geriatria e gerontologia, o que limita a qualidade do atendimento e a capacidade de atender às necessidades complexas dos idosos.

A falta de capacitação é particularmente preocupante no contexto do envelhecimento populacional acelerado, que demanda uma abordagem multidisciplinar e especializada. Camargo e Toledo (2020) sugerem que a criação de programas de formação continuada e a inclusão de disciplinas específicas sobre o envelhecimento nos currículos de graduação e pós-graduação em saúde são medidas urgentes para melhorar essa situação.

2.3.1.4 Propostas para o Aprimoramento das Políticas Públicas

A análise das boas práticas identificadas em outros países e contextos revela que existem diversas inovações que poderiam ser adaptadas ao Brasil para melhorar as políticas públicas de saúde para idosos. Oliveira (2019) destaca a eficácia dos programas de cuidado domiciliar implementados na Europa, que poderiam ser uma alternativa viável para o Brasil, especialmente em áreas com infraestrutura hospitalar limitada.

Além disso, Dantas *et al.* (2020) discutem a importância da integração entre os diferentes níveis de atenção à saúde, com a criação de redes de cuidados que garantam a continuidade do atendimento ao idoso. Essas práticas, se adaptadas ao contexto brasileiro, poderiam contribuir

significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e para a eficácia das políticas públicas.

2.3.2 Discussão

Os resultados obtidos confirmam a hipótese de que, apesar dos avanços legislativos, as políticas públicas de saúde voltadas para a população idosa no Brasil enfrentam falhas significativas em sua implementação. As desigualdades regionais, a falta de capacitação dos profissionais de saúde e a insuficiência de recursos são barreiras críticas que precisam ser superadas para que essas políticas possam cumprir seus objetivos.

A discussão dos resultados evidencia a necessidade de uma abordagem mais integrada e coordenada, que envolva todos os níveis de governo e setores da sociedade. As propostas de melhoria sugerem que a adaptação de boas práticas internacionais, aliada ao fortalecimento das iniciativas existentes, pode ser um caminho promissor para a superação dos desafios identificados.

Por fim, os resultados deste estudo corroboram a importância de políticas públicas robustas e bem implementadas para garantir a saúde e o bem-estar da população idosa no Brasil. A promoção de um envelhecimento ativo e saudável depende de uma articulação eficaz entre políticas de saúde, capacitação profissional e a garantia de acesso equitativo aos serviços de saúde.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as políticas públicas de saúde voltadas para a população idosa no Brasil, avaliando sua eficácia e identificando os principais desafios enfrentados em sua implementação. A pesquisa evidenciou que, embora o país tenha avançado significativamente na elaboração de políticas específicas para esse grupo, como o Estatuto do Idoso e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), ainda existem lacunas importantes que comprometem a plena realização dos objetivos dessas políticas.

Entre os principais desafios identificados, destaca-se a desigualdade no acesso aos serviços de saúde, que se manifesta de forma mais acentuada em regiões menos desenvolvidas, como o Norte e o Nordeste do país. Essa disparidade regional reflete a distribuição desigual de recursos e infraestrutura, o que limita a eficácia das políticas de saúde e perpetua as desigualdades socioeconômicas.

Outro ponto crítico é a capacitação insuficiente dos profissionais de saúde, que, em muitos casos, não possuem formação adequada para lidar com as complexidades do envelhecimento e as necessidades específicas da população idosa. A falta de uma abordagem multidisciplinar e

especializada compromete a qualidade do atendimento e a efetividade das intervenções propostas pelas políticas públicas.

Apesar dessas dificuldades, o estudo também identificou oportunidades para o aprimoramento das políticas públicas de saúde para idosos no Brasil. A adaptação de boas práticas internacionais, como programas de cuidado domiciliar, e o fortalecimento das redes de atenção à saúde, com maior integração entre os diferentes níveis de cuidado, são caminhos promissores para enfrentar os desafios existentes.

Diante disso, conclui-se que, para garantir um envelhecimento saudável e ativo à população idosa, é fundamental que as políticas públicas sejam aprimoradas de maneira contínua e que sua implementação seja efetivamente monitorada e avaliada. A promoção da equidade no acesso aos serviços de saúde, o investimento em capacitação profissional e a adaptação de inovações exitosas de outros contextos são medidas essenciais para que o Brasil possa responder adequadamente ao envelhecimento populacional.

Este trabalho contribuiu para a compreensão das limitações e potencialidades das políticas públicas de saúde para idosos no Brasil, oferecendo subsídios para a formulação de estratégias mais eficazes e equitativas. No entanto, é importante reconhecer que novos estudos são necessários para aprofundar a análise e acompanhar a evolução das políticas e práticas voltadas à saúde da população idosa no país.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, S. M.; BASTOS, E. L. Desafios na Atenção à Saúde do Idoso no Brasil: Uma Análise Crítica. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 24, n. 1, 2021.
- BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União.
- BRASIL. (2003). Estatuto do Idoso: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Diário Oficial da União.
- BRASIL. Ministério da Saúde. (2010). Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. Institui a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, 2006.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: MS, 2020.
- CAMARANO, A. A. (2018). Envelhecimento da população brasileira e as políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 35(1), 1-15.
- CAMARGO, A. B. (2016). A importância da capacitação profissional para o atendimento à população idosa. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 19(2), 293-310.
- CAMARGO, A. B., & TOLEDO, M. C. (2020). Desafios para a implementação das políticas de saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(4), 1571-1580.
- DANTAS, A. P., SILVA, R. T., & LIMA, L. C. (2020). Inovações no atendimento ao idoso: práticas internacionais e adaptação para o Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 54(1), 1-9.
- FERREIRA, A. M., SOUZA, C. R., & ANDRADE, D. M. (2018). Formação profissional em saúde para o cuidado da pessoa idosa: desafios e perspectivas. *Saúde e Sociedade*, 27(1), 92-104.
- GIL, A. C. (2019). Métodos e técnicas de pesquisa social (7ª ed.). Atlas.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). Projeções da população: Brasil e unidades da federação. IBGE.
- KALACHE, A., & VERAS, R. P. (1987). Envelhecimento populacional e as necessidades de saúde pública no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 21(2), 173-178.
- LAKATOS, E. M., & MARCONI, M. A. (2017). Fundamentos de metodologia científica (7ª ed.). Atlas.
- LÜDKE, M., & ANDRÉ, M. E. D. A. (1986). Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. EPU.
- MENDES, E. V. (2018). O acesso aos serviços de saúde no Brasil: problemas e soluções. Hucitec.
- NERI, A. L. (2014). A psicologia do envelhecimento: bases para uma intervenção diferenciada. *Revista Brasileira de Psicologia*, 26(3), 337-353.

NOGUEIRA, P. A.; RAMOS, L. R. Desafios da Saúde do Idoso no Brasil: Perspectivas e Propostas. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n. 4, 2019.

OLIVEIRA, F. C. (2019). Programas de cuidado domiciliar na Europa: lições para o Brasil. Revista de Administração Pública, 53(5), 924-944.

PUCCINI, P. M.; SUAREZ, L. O. Políticas Públicas e Envelhecimento: Uma Visão Intersetorial. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 6, 2018.

SILVA, L. C.; OLIVEIRA, M. A. Cuidado ao Idoso no Brasil: Avanços e Perspectivas. Saúde em Debate, v. 44, n. 3, 2020.

SILVA, M. L., & SANTOS, M. C. (2017). Desigualdades socioeconômicas e o impacto na saúde dos idosos brasileiros. Saúde em Debate, 41(3), 207-220.

TRIVIÑOS, A. N. S. (1987). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. Atlas.

VERAS, R. P. (2003). Impacto do Estatuto do Idoso nas políticas públicas de saúde no Brasil. Revista de Saúde Pública, 37(1), 1-7.

VERAS, R. P. (2012). A atenção à saúde dos idosos no Brasil: políticas, programas e cuidados. Ciência & Saúde Coletiva, 17(1), 233-241.

VERAS, R. P., & OLIVEIRA, M. (2018). Implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa: avanços e desafios. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, 21(4), 487-497.